



## PREFEITURA DE CATAGUASES

**DECRETO N° 6.106/2025**

**OUTORGA PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, ME CARÁTER PRECÁRIO E POR TEMPO DETERMINADO, PARA OFIM QUE ESPECIFICA.**

O Prefeito do Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 85, da Lei Orgânica Municipal, pelo inciso, I do art. 30, da Constituição Federal, e:

CONSIDERANDO o artigo 117, da Lei Orgânica Municipal, que estabelece que o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir;

CONSIDERANDO o §2º, do artigo 117, da Lei Orgânica Municipal, que diz que a "permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto".

CONSIDERANDO que a permissão de uso é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a administração pública faculta a utilização privativa de bem público para fins de interesse público;

CONSIDERANDO que no caso da permissão de uso, a licitação prévia é obrigatória, em simetria ao disposto no art. 2º, IV da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o art. 15 da Constituição do Estado de Minas Gerais dispõe que o procedimento de licitação é obrigatório para a contratação de obra, serviço, compra, alienação, concessão e permissão, em todas as modalidades, para a administração pública direta, autárquica e fundacional, bem como para as empresas públicas e sociedades de economia mista;

### DECRETA:

*Art.1º.* Fica permitido o uso, em caráter precário e oneroso, pelo prazo determinado de 05 (cinco) anos, prorrogável por mais 05 (cinco) anos, a contar da data da publicação do termo de permissão, de parte do espaço público pertencente à Municipalidade, nos locais pré-determinados e indicados em edital próprio, destinados à comercialização de alimentos e afins.

§1º. Considera-se trailer um bem móvel acoplado a um veículo automotor ou o próprio veículo adaptado destinado à comercialização de produtos e à prestação de serviços, enquanto carrinhos para pequenos lanches são estruturas movidos sem apoio de unidade motora que ocupa área inferior a 4 metros quadrados.

§2º. Os trailers e carrinhos de pequenos lanches a serem instalados no espaço público permitido, de que trata o presente artigo, contarão com área de consumo, não sendo permitida a construção em alvenaria, devendo, ainda, atender as exigências legais da Vigilância Sanitária e demais fiscalizações para a emissão da respectiva Licença de Funcionamento e Licença Sanitária, sob pena de revogação, a qualquer momento, da permissão ora concedida.

§3º. Ostrailers não deverão permanecer fixos no espaço público, devendo ser retirados ao final do expediente, salvo as unidades físicas já construídas nas Praças Rui Barbosa e Praça Governador Valadares.





## PREFEITURA DE CATAGUASES

§4º. Fica proibida a modificação do uso a que se destina, sem a expressa e estrita concordância da Administração.

§5º. Não poderá o permissionário usar o bem público para propaganda de cunho político.

§6º. Obriga-se o permissionário a cuidar e zelar pelo bom estado de conservação do bem imóvel, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda e responsabilidade.

§7º. Os permissionários serão responsáveis pela limpeza diária.

§8. Os permissionários serão única e exclusivamente responsáveis por quaisquer danos causados em seus bens por terceiros.

**Art.2º.** A permissão de uso do espaço público, de que trata o presente decreto, é outorgada sem quaisquer ônus ao erário municipal, condicionada ao atendimento das finalidades, especificações e exigências constantes em processo administrativo de licitação a ser instaurado para a finalidade de selecionar os interessados à permissão para a instalação dos trailers e carrinhos para pequenos lanches, mediante critérios objetivos, que preservem a impessoalidade e amoralidade, e igualdade de condições a serem estabelecidas em edital.

§1º. A licitação será na modalidade concorrência, que preverá a possibilidade dos interessados apresentarem propostas, com critério de julgamento pela maior oferta em lances sucessivos.

§2º. Os preços mínimos pelo uso de cada um dos espaços outorgados, conforme as peculiaridades do local e da exploração comercial, serão estabelecidos conforme avaliações fundamentadas e justificadas realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Cataguases, levando em consideração o valor do metro quadrado da via.

§3º. O edital de licitação preverá os aspectos e características mínimas a serem exigidas dos trailers e carrinhos para pequenos lanche, de modo que não comprometa o aspecto visual do local.

§4º. Os horários de funcionamento dos trailers serão estabelecidos pela administração no edital e no termo de permissão.

**Art.3º.** Apresente permissão de uso será celebrada a título oneroso, ficando a permissionária obrigada, além da outorga, ao pagamento dos tributos e tarifas inerentes a sua atividade, bem como os encargos de instalação, manutenção, conservação, reparos e limpeza de suas dependências e ao entorno.

§1º. Fica o permissionário, sob pena de revogação da permissão, obrigada a promover a manutenção e conservação do referido espaço público, dando a eles um aspecto visual adequado, e, ainda, recolher diariamente todo lixo produzido no local, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nele venha a causar ou permitir.

§2º. Quando houver alternativa técnica, após vistoria pelos órgãos competentes, poderão ser instalados medidores individuais de energia elétrica, e as despesas relacionadas ao consumo mensal serão suportadas única e exclusivamente pelo permissionário.

§3º. A permissionária não poderá ceder ou transferir a terceiros o uso do bem imóvel objeto da presente permissão.

§4º. A permissionária poderá empreender benfeitorias, de qualquer natureza, somente com autorização expressa do poder público municipal, ficando ciente de que estas serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal, sem direito a qualquer espécie de indenização, seja a que título for, ao final da permissão.

§5º. A permissionária exercerá a posse em nome do Município, defendendo-a da turbação por terceiros.

**Art.4º.** A permissão de uso é revogável a qualquer tempo, mediante aviso prévio, a critério exclusivo da Administração Pública Municipal, por motivos de conveniência e oportunidade ou quando a permissão de uso contrariar a legislação em vigor, ainda que superveniente à sua outorga.

**Art.5º.** O desvirtuamento da finalidade, ou não cumprimento de quaisquer das condições expressas no presente Decreto, no edital de licitação ou no termo de permissão, será a razão jurídica



## PREFEITURA DE CATAGUASES

para a rescisão e impedimento da utilização da permissão aqui autorizada, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

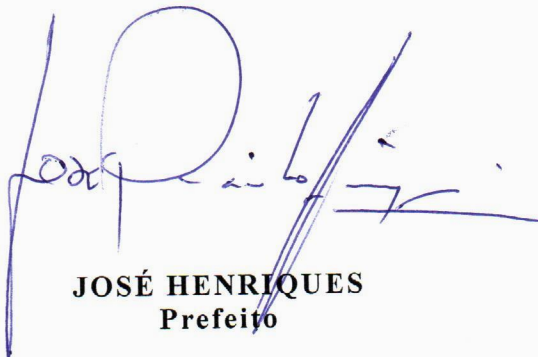
**Art.6º.** A revogação ou rescisão da permissão se darão por ato administrativo do chefe do executivo municipal, sem que fique com isto o Município obrigado apagar ao permissionário, indenização de qualquer espécie, ainda que se refira a benfeitorias e, com exclusão de qualquer direito a retenção.

Parágrafo único. A permissionária desocupará e restituirá o espaço, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, bastando, para tanto, simples notificação administrativa.

**Art.7º.** Fica o Secretário de Administração obrigado a fiscalizar o cumprimento das permissões de uso outorgadas com base no presente Decreto.

**Art.8º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogados os Decretos Municipais nºs 5.970/2024 e 6.084/25.

Gabinete do Prefeito.  
Cataguases, 30 de maio de 2025.



**JOSÉ HENRIQUES**  
Prefeito